

Ciência e tecnologia e a promoção da paz

“Novas estratégias de globalização solidária dependem de nossa criatividade.” Por **Fernando Henrique Cardoso**

A violência e a intolerância são espectros que assombram o mundo e desafiam os ideais, a razão e o progresso. A paz internacional requer parcerias inovadoras e para ser equitativa e duradoura deve ser capaz de atender aos interesses de todas as nações e, portanto, da humanidade. São crescentes as demandas para o lançamento de um novo contrato social, como propus perante a Assembléia Nacional francesa. Este é o momento de debatermos o nosso futuro comum.

A ciência é ingrediente indispensável da paz. O avanço das fronteiras do conhecimento e da inovação é crucial para o progresso econômico e para a definição de novas formas de civilização. Os avanços vertiginosos da ciência, a revolução tecnológica e a inovação condicionam os comportamentos dos países e do cidadão comum e influenciam a emergência de novos paradigmas em numerosas esferas — ética, política, sócio-econômica, cultural e ambiental.

Com o domínio da ciência e da tecnologia, torna-se possível melhorar a saúde, aperfeiçoar o tra-

A experiência desse século XXI confirma que a sociedade humana nem sempre adere à trajetória do progresso

balho e aumentar a qualidade e a duração da vida. Os meios modernos de transporte e comunicações estimulam a interação dos indivíduos e das culturas — milhões de pessoas atravessam fronteiras nacionais a cada dia e muitos milhões de mensagens escritas, sonoras e visuais são trocadas instantaneamente em todo o planeta.

Entretanto, a ciência e tecnologia não detêm sozinhas a chave do futuro. Se o século XX já espelhava uma realidade contraditória de avanços científicos e retrocessos éticos, a experiência inquietante desse incipiente século XXI confirma que a sociedade humana nem sempre adere à trajetória do progresso.

A mesma criatividade, que impulsiona o avanço, nos obriga a arrostar o fator da imprevisibilidade e suas conseqüências. Não deve ser obscurecida a consciência dos terríveis efeitos dos maus usos da ciência e tecnologia, ao longo da história moderna — em tempos de paz e em tempos de guerra. Tampouco, poderia ser omitido que os frutos dos avanços e das conquistas não alcançam plenamente a ampla maioria da humanidade e, portanto, não se distribuem de modo equitativo.

Nesse quadro, devem a ciência e a tecnologia orientar-se por princípios éticos e enraizar-se nos atributos positivos de cada nação e nos interesses da humanidade. Está diante de todos nós a imensa tarefa de resolver problemas reais enfrentados por pessoas reais, em particular os mais de dois terços da população mundial que vivem em países em desenvolvimento.

Como atestam as Nações Unidas, cresceu em tempos mais recentes a assimetria na distribuição da riqueza, segurança e bem-estar. Cerca de 80% da população mundial estão nos países em desenvolvimento e usufruem de apenas 22% das riquezas mundiais. As quinze nações mais pobres detinham, há trinta anos, cerca de 2,3% dessa riqueza; hoje, apenas 1,4%. Mais de quatro bilhões de pessoas vivem nos 140 países do hemisfério sul, das quais 60% não dispõem de saneamento básico; um terço não tem acesso à água potável; metade, à assistência médica; e cerca de um quarto é analfabeta.

Se a história nos apresenta a triste faceta da divisão dos países entre fortes e fracos, ricos e pobres, o futuro — na ausência de ação internacional concertada — nos reservará a divisão entre as nações que sabem e as que não sabem. Pela abrangência de seus efeitos civis e militares, a nova hegemonia do saber e do saber-fazer seria mais discriminatória e mais perigosa que as hegemonias anteriores.

Está, porém, em formação uma nova sociedade, na qual o conhecimento e a inovação se firmam como mola propulsora do progresso e da construção de bem-estar e como possível instrumento de inserção mais igualitária no mundo. As tecnologias da informação e comunicação são valiosas para a superação desses desafios, em razão de seu imenso potencial para acelerar o desenvolvimento, disseminar a educação e a cultura, promover o diálogo, cooperação e o comércio internacional, e para reduzir as inaceitáveis desigualdades que marcam o mundo.

No entanto, também as novas tecnologias acarretam riscos. Avoluma-se um novo tipo de exclusão e desequilíbrio entre as nações, representado pelo hiato digital, ou seja, pela restrição ao acesso às oportunidades estratégicas agora oferecidas pela informática e pelas redes eletrônicas. Embora representem perigo para todos, esses riscos são profundamente assimétricos. São os segmentos mais pobres, nas regiões menos desenvolvidas do mundo, que estão sujeitos ao impacto das mais injustas facetas do progresso. Além disso, estão igualmente sob ameaça alguns direitos humanos fundamentais, como o direito à privacidade.

No balanço de oportunidades e de riscos, podemos entrever uma reorganização do quadro internacional que permitam ações de cooperação tecnocientífica muito mais amplas e inovadoras que as hoje existentes. Essa tarefa demanda o incremento dramático na cooperação internacional e que esta assuma uma nova qualidade, com a apropriação generalizada da experiência e conhecimento acumulados pelos países que primeiro emergiram para a industrialização.

É certo que a superação dos nossos problemas deva partir de iniciativas autóctones. Os esforços

O esforço de superação de nossos problemas deve sintonizar-se com as mudanças mundiais e com valores humanistas

nacionais devem ser autênticos e decididos, mas precisam também contar com um tipo novo de cooperação internacional que facilite aos países em desenvolvimento uma nova presença mundial. Esses esforços e essa cooperação devem sintonizar-se com as transformações mundiais, e harmonizar-se com os valores humanistas que nos orientam.

A co-responsabilidade mundial na redução da pobreza e na ampliação do acesso ao conhecimento facilitará a diminuição das distâncias econômicas e tecnológicas entre as nações. A articulação de múltiplas redes de ordenação e integração consolidará o compromisso da sociedade mundial com a democracia, o desenvolvimento e a paz.

O novo contrato social deve celebrar as aspirações de participação mais equitativa dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias internacionais e da busca da desconcentração mundial do conhecimento e seus usos. A descentralização deve fundar-se nas preocupações dos países em desenvolvimento — em sua maioria situados em regiões áridas, semi-áridas ou tropicais.

Deve, entretanto, avançar, sempre que possível, em direção às áreas de fronteira do conhecimento, como as pesquisas biotecnológicas e do genoma e suas aplicações na agricultura e em novos fármacos, vacinas e soros. Cito outro exemplo: as modernas tecnologias espaciais. Satélites brasileiros, chineses e indianos já levantam, em tempo real, informações acerca das alterações no solo e na qualidade da água, entre outras.

A reforma e ampliação radical da cooperação tecnológica em escala mundial, com a decidida participação dos países avançados, teriam impacto nos problemas da fome, pobreza crítica, e saúde mundiais. Os povos seriam, ademais, beneficiados pelos resultados econômicos das aplicações na agricultura e pecuária, facilitando ainda soluções para questões ambientais. Conquistas como essas ajudariam a forjar futuras estratégias de construção de autoconfiança, cooperação e eliminação de obstáculos e contribuiriam para a construção da paz mundial.

No Brasil, são redobrados os esforços em ciência e tecnologia. Com a criação dos Fundos Setoriais que, em 2002, esperamos, to-

Regiões pobres e menos desenvolvidas do mundo estão sujeitas às mais injustas facetas do progresso

talizarão quatorze, foi possível alcançar a meta inédita de um bilhão de reais adicionais a cada ano para as atividades de pesquisa e desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia. A formação de recursos humanos mudou de patamar: este arco se formarão mais de 6.300 doutores, no mesmo nível que países avançados como o Canadá ou a Itália, ou em desenvolvimento como a Coreia. Promovemos uma profunda reforma da gestão de C&T, bem como a descentralização de nossos esforços entre as regiões do País? Reorientamos a política para a inovação, desenvolvimento tecnológico e agregação de valor, ao mesmo tempo que avançamos e avançaremos na pesquisa básica. A cooperação internacional em C&T está sendo reestruturada, de modo a adequá-la às atuais necessidades do País, às nossas relações com os países em desenvolvimento, em especial os vizinhos, e às oportunidades que desejamos abrir junto às nações desenvolvidas.

Como frisei nas Nações Unidas, o Brasil quer contribuir para que o mundo não desperdice as oportunidades geradas pela crise contemporânea. E a proposição de novas estratégias mundiais, de globalização solidária, depende da capacidade de agirmos de maneira criativa e de acentuarmos o papel da cooperação internacional. O que propomos no plano externo está em consonância com o que já estamos fazendo no País.

O futuro se alicerçará no que realizarmos no presente. A solidariedade global deve abranger as atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Conservamos, é claro, o sentido de realidade e reconhecemos os obstáculos para os países em desenvolvimento, mas, sobretudo, estamos determinados no que fazemos e no propósito de mobilizar a comunidade internacional para a construção de uma vida melhor. A desconcentração global do conhecimento e da inovação é condição para assegurar o desenvolvimento harmônico e equitativo e para a montagem de uma verdadeira estrutura de paz mundial.

Fernando Henrique Cardoso é presidente da República desde 1995; foi ministro da Fazenda do governo Itamar Franco de 1993 a 1994.